

## A produção popular do habitat no contexto da neoliberalização do Equador: a experiência da cooperativa Alianza Solidaria em Quito

### Popular Habitat Production in the Context of Ecuador's Neoliberalization: the Experience of Alianza Solidaria Cooperative in Quito

Janaina Marx, Hernán Espinoza, Irina Godoy, Andrés Cevallos & Antonella Amaluisa\*

#### Resumo

A chegada do modelo neoliberal na América Latina a partir da década de 90 fez com que vários países impulsionassem um “processo de modernização” de suas economias, adotando o receituário definido pelo Consenso de Washington. No Equador, esse processo levou a uma profunda crise econômica e política, que culminou na dolarização do país. Na escala urbana, os processos de descentralização foram retomados, transferindo maiores obrigações aos municípios, ao mesmo tempo em que a onda de privatizações e a desregulamentação estatal possibilitaram que a cidade fosse cada vez mais ditada pelos interesses de mercado. Esse contexto impactou diretamente os investimentos sociais. No caso das políticas de habitação, que já eram direcionadas majoritariamente às classes médias, tem-se uma redução ainda mais drástica; por outro lado, os investimentos privados em habitação se centraram nas classes mais altas. A mercantilização da habitação impossibilitou que grande parte da população tivesse acesso a esse direito. Como consequência, as periferias cresceram de maneira desordenada e as desigualdades sociais aumentaram. As camadas populares tiveram que se organizar em torno da luta pela moradia e a ocupação de terras foi uma das estratégias para reivindicar seus direitos. Em defesa da propriedade privada, o Estado reprimiu violentamente essas manifestações. Nesse processo de lutas, diversas experiências foram idealizadas, entre elas está a *Cooperativa Alianza Solidaria*, que buscou promover um hábitat de qualidade a partir da recuperação de elementos culturais, do cooperativismo e da economia popular e solidaria, superando a visão mercantilizada da moradia.

**Palavras chave:** cooperativismo, habitação, lutas populares

#### Abstract

*The arrival of the neoliberal model in Latin America since the 1990s has led several countries to promote a "modernization process" of their economies, adopting the indications defined by the Washington Consensus. In Ecuador, this process led to a deep economic and political crisis that culminated in the dollarization of the country. On the urban scale, decentralization processes continued, transferring greater obligations to the municipalities, while the wave of privatizations and state deregulation made it possible for the city to be increasingly dictated by market interests. This context directly impacted on social investments. In the case of social housing policies there was a drastic reduction, private investments focused strictly on the upper classes. The commercialization of housing made it impossible for a large part of the population to have access to this right. As a result, the peripheries grew in a disorderly manner and social inequalities increased. The popular classes had to organize around the struggle for housing, and land occupation was one of the strategies to claim their rights. In defense of private property, the state violently repressed these manifestations. In this process of struggles, several experiences have been devised, among them is the *Cooperativa Alianza Solidaria*, that sought to promote a quality habitat through the recovery of cultural elements, cooperativism and the popular and solidarity economy, overcoming the vision commercial housing.*

**Keywords:** cooperativism; housing; popular struggles

### *O neoliberalismo e a produção das cidades latino-americanas*

A partir dos anos 70 o modelo econômico do pós-guerra entrou em crise levando o mundo capitalista a uma profunda recessão. As eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Regan nos Estados Unidos em 1980 significaram uma fronteira simbólica entre a era keynesiana e a era neoliberal, sinalizando como o cenário de crise deveria ser superado pelos demais países capitalistas nos anos seguintes (FIORI, 2014). Rapidamente o neoliberalismo se posicionou como uma proposta ideológica de alcance global, convertendo-se em um "pensamento único". Desde então essa "forma de discurso hegemônico" tem ditado as práticas e o pensamento da sociedade, incorporando-se de forma natural em nosso cotidiano, na maneira como "interpretamos, vivemos e entendemos o mundo" (HARVEY, 2005, p.9). Dardot & Laval (2016, p.70) entendem o neoliberalismo como uma norma de vida que impõe a lógica da concorrência como "princípio central da vida social e individual", criando condições globais para que este esteja presente nas diferentes escalas do planeta e nas diferentes dimensões da vida política, econômica e social. Portanto, o neoliberalismo deve ser reconhecido como um sistema que transformou o próprio capitalismo ao estender a lógica do capital a todas relações sociais e esferas da vida, difundindo-se pelo mundo como um claro exercício do poder global.

O discurso neoliberal chegou na América Latina em uma conjuntura peculiar determinada pela substituição dos regimes ditatoriais por governos democráticos. Nesse período, a ideia de desenvolvimento foi retomada e em nome do crescimento econômico vários países impulsionaram um "processo de modernização" de suas economias, adotando o receituário neoliberal definido no Consenso de Washington (ACOSTA, 2006; CORREA, 2009). Organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outros organismos multilaterais de crédito se encarregaram de disseminar a ideia de que a solução para o crescimento dessas nações deveria estar focado, entre outras medidas: na abertura econômica, a partir dos tratados de livre comércio; na redução da intervenção estatal e reestruturação da despesa pública; na privatização dos serviços e empresas públicas; na abertura sem restrições aos investimentos diretos estrangeiros; na flexibilização das relações econômicas e trabalhistas; na austeridade e disciplina fiscal; na desregulação dos mercados

financeiros e, claro, na total garantia e cumprimento dos direitos de propriedade privada. Com essa receita, procurou-se criar um "contexto apropriado para garantir a participação dos países subdesenvolvidos na nova divisão internacional do trabalho na era da globalização, apresentada de forma simplória como se fosse um processo novo, quando na realidade é apenas uma fase do processo de mundialização do capitalismo" (ACOSTA, 2006, p. 150). Os resultados foram catastróficos. As economias foram debilitadas, houve significativa perda da soberania nacional e entrega dos recursos naturais para a exploração de empresas multinacionais, implicando em altos custos ambientais e a redução nos investimentos sociais.

A reforma dos Estados nacionais na América Latina teve duas consequências significativas na formulação de políticas públicas no nível local: (i) a descentralização, ainda que tenha se estabelecido com diferentes intensidades em cada país, através da eleição de autoridades locais (autonomia política), do aumento da transferência recursos econômicos (autonomia financeira) e das competências (autonomia administrativa) para municípios e (ii) a privatização, beneficiando o mundo empresarial-privado por meio da desregulamentação estatal, concessões e terceirizações. Esse fato foi determinante para que "as cidades latino americanas evoluam mais pelo peso do mercado do que pelo desenho de políticas públicas" (CARRIÓN, 2007, p.212). Torna-se evidente o papel central das cidades para o avanço desse sistema, uma vez que se configuram como os locais de administração e controle do capitalismo global contemporâneo, além de concentrarem a força de trabalho e a massa de consumidores indispensáveis para movimentar essa engrenagem, algo que vem sendo discutido por vários autores (ALSAYYAD; ROY, 2009; HARVEY, 2001; ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

No entanto, a compreensão desse contexto na produção das cidades latino-americanas não pode deixar de considerar as heranças do colonialismo e do rentismo, que desde muito tempo determinam as lógicas de produção urbana. Essa tríade tem definido a organização das nossas cidades, tanto na escala intra-urbana, determinando dinâmicas centro-periferia, onde os territórios marginalizados são ocupados por populações negras e indígenas, quanto na escala regional, a partir da assimetria na distribuição de recursos entre as cidades. Com a virada do século, esses modelos de urbanização têm se afirmado como universais, dando forma às nossas cidades a partir da expansão

urbana desenfreada e de projetos de renovação urbana pontuais, conduzidos por interesses privados e apoiados por políticas de Estado que aceleram a remoção das camadas menos favorecidas dos centros urbanos, ampliando as desigualdades em detrimento de uma visão mais abrangente dos problemas urbanos.

### **Os efeitos do neoliberalismo na produção do espaço equatoriano**

No caso equatoriano, esses processos se intensificaram tardiamente, a partir dos anos 90, quando a nova estratégia de desenvolvimento passou a ser adotada (CORREA, 2009, p.32). O enfraquecimento sistemático do setor público provocou uma crise econômica e social que aprofundou as desigualdades internas, gerando uma forte instabilidade política. A aplicação desse modelo no Equador se caracterizou por uma “escassa consistência nas políticas econômicas e um crônico conflito político” (LARREA, 2005, p.106). As consequências para o país foram nefastas: em oito anos, entre 1997 e 2005, foram nomeados oito presidentes, nem todos eleitos por voto popular (ARKONADA; KLACHKO, 2017); em 1999[1] o governo vigente ordenou o congelamento dos depósitos, denominado “feriado bancário” e em 2000 o país sofreu a dolarização da economia[2] (CORREA, 2009; LARREA, A., 2011). Esse período, caracterizado por uma economia recessiva, provocou “uma redução real das despesas do Estado em investimentos sociais e obras públicas, pois o crescente gasto fiscal era motivado em especial pelo aumento sustentado do serviço da dívida pública, externa e interna” (ACOSTA, 2006, p.210).

*Las reformas de mercado, orientadas hacia las privatizaciones y Estado mínimo durante las décadas pasadas, lejos de conseguir eficiencia económica y crecimiento sostenido han reforzado las estructuras elitistas tradicionales de privilegio, han profundizado la concentración económica y política, han deteriorado la privación de capacidades y han institucionalizado la inequidad y la exclusión (SENPLADES, 2009, p.108).*

O receituário neoliberal levou ao deterioro social do país, observado nos cortes dos gastos públicos, na estagnação da educação e da saúde públicas; na expansão do subemprego e do

desemprego; no aumento da desigualdade social e da pobreza e nos danos ambientais causados pela exploração econômica desmedida dos recursos naturais (LARREA, C., 2005). Os efeitos dessa crise só puderam ser minimizados a partir de 2007 com a eleição de Rafael Correa, que se tornou presidente apoiado por um novo movimento político, o *Movimiento Alianza País*, construído a partir de um forte discurso de combate as medidas neoliberais, inaugurando um novo ciclo político e econômico no país.

As cidades são o resultado de um processo histórico. Com a desintegração do sistema pré-capitalista, o Equador passou por três importantes ciclos econômicos ao longo do século XX, o cacauero, o bananeiro e o petroleiro, sendo este último o mais importante para a economia do país atualmente (ACOSTA, ALBERTO, 2006). Desde a época colonial, “começa a se configurar uma bipolaridade espacial” (LARREA, A., 2011, p.63) e, a partir da década de 60, a migração campo cidade em direção a Quito e Guayaquil promoveu um intenso processo de urbanização concentrado nestas cidades. Com o início da exploração petroleira a partir da metade da década de 70 se viabilizou a modernização capitalista que acelerou o processo de urbanização nessas cidades (CARRIÓN; ERAZO, 2012). Assim, na escala nacional, conformou-se uma estrutura bipolar com grandes assimetrias regionais e na escala urbana: o crescimento dessas duas cidades possibilitou o surgimento de uma nova classe rentista, que passou a acumular capital a partir da exploração da terra agrícola e urbana (ACOSTA, 2006; CARRIÓN; ERAZO, 2012; LARREA, A., 2011).

No começo dos anos 90, a população urbana do Equador era de 55% (INEC, 1990), a capital do país, Quito, crescia a uma taxa de 3% anual e concentrava as principais atividades econômicas, políticas e sociais. O aumento da população fez com que o processo de urbanização se desenvolvesse do centro para as periferias, deixando a população migrante do campo cada vez mais afastada do centro da capital. O crescimento da população e o processo de periferação geraram uma crise urbana. A solução capitalista para a crise se deu a partir de estratégias baseadas na eliminação das restrições da propriedade privada impostas à indústria da construção; na consolidação do capital imobiliário e na adoção de uma política urbana de acordo as novas exigências que promoveram um processo de metropolização de Quito. Assim, nos anos 90 se assistiu a consolidação de uma cidade segregada e baseada na estrutura

centro-periferia, que, para Fernando Carrión (2012), são mudanças que:

*no pueden explicarse sin al menos la mención del desarrollo capitalista que se tuvo en el país en las últimas décadas: el desarrollo industrial, el crecimiento y modernización del Estado, el nacimiento de la industria de la construcción, la expansión de la inversión extranjera, entre otros. En este marco general se observa otro hecho de profundo contenido urbano: el apareamiento del promotor inmobiliario y de la industria de la construcción (mercado al centro), apadrinado por el Estado a través de sus distintos órganos. (...) El Municipio juega un papel fundamental adicional: su función es la de eliminar obstáculos que significa la propiedad de la tierra para la acumulación de capital; con lo cual se evidencia un nuevo carácter que asume la política urbana municipal (p. 518).*

O processo de dolarização gerou transformações no mecanismo de inserção do país dentro da economia global. A expressão espacial da crise dos anos 90 é observada no aprofundamento das desigualdades. Na escala nacional, o processo histórico de concentração de pessoas e capitais nas cidades de Quito e Guayaquil é reafirmado e, na escala intra-urbana, a cidade de Quito é moldada por uma lógica de readequação da cidade por meio de processos de expansão e renovação urbana, marcados por uma forte lógica empresarial adotada pelo município e a marginalização dos setores populares.

### **Os efeitos do neoliberalismo na produção de moradia em Quito**

A partir dos anos 90, o incremento dos recursos econômicos provenientes da exploração petrolífera possibilitou um auge do setor da construção, canalizada por organismos estatais como o *Banco Ecuatoriano de la Vivienda* (BEV) e o *Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social* (IESS), pelo mutualismo e pela empresa imobiliária privada (OQUENDO, 1988). Assim, a distribuição dos excedentes do petróleo, de certa maneira, definiu a organização espacial da crescente população urbana. Em Quito, a produção de moradia se dava de três formas: (i) por meio do Estado e das mutualistas[3], que executavam programas de urbanização e

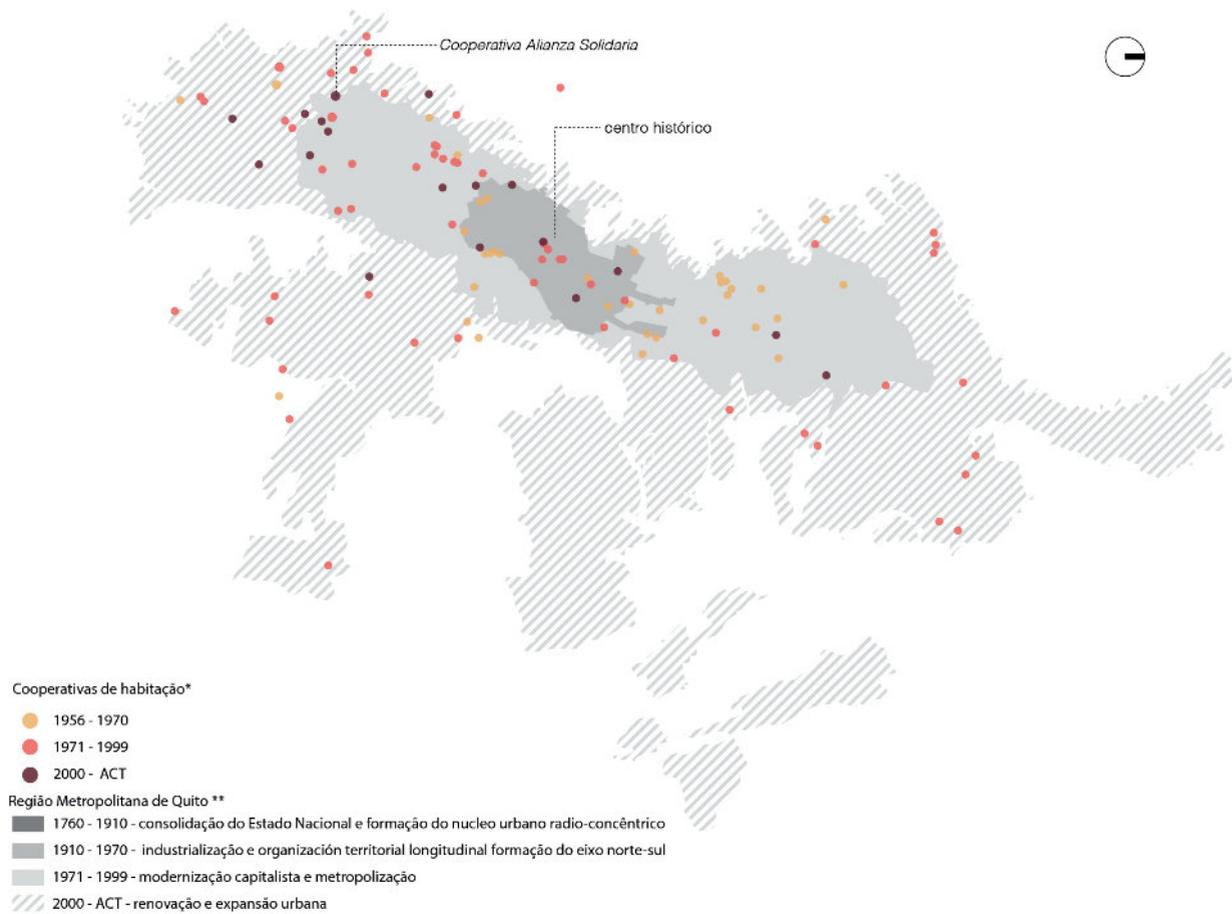
moradia destinados majoritariamente para os setores de classe média[4]; (ii) por meio do capital imobiliário, viabilizado por crédito público ou internacional, direcionados aos projetos de verticalização residencial e comercial nos bairros próximos à região central e de revalorização do centro histórico e (iii) através das formas de organização das camadas populares que demandavam do Estado melhores condições de acesso ao solo urbanizado (OQUENDO, 1988). Os demais segmentos da população não contemplados se incorporaram à cidade por meio da "urbanização clandestina".

O Estado equatoriano sempre foi um ator diretamente ligado à produção de moradia no país. A intervenção estatal se dividiu em dois momentos: o primeiro, entre os anos 1930 e 1997, caracterizado pelo papel de "fazedor-doador", quando o Estado se encarregava de toda a produção, definindo modelos, subsidiando, construindo e financiando a habitação; e o segundo, a partir de 1997, quando o Estado assumiu o papel de "facilitador" dirigindo uma nova política de habitação que estabeleceu regras para co-financiar moradias e fomentar a participação da iniciativa privada (ACOSTA, M., 2009). Em 1992, durante o governo do arquiteto Sixto Durán Ballén se impulsionou a modernização do Estado, gerando uma mudança no sistema de acesso à moradia com o objetivo de otimizar a gestão e os recursos. Para isso, criou-se o *Ministerio de Desarrollo Urbano, Vivienda y Saneamiento Ambiental* (MIDUVI), que entre 1993 e 1994 realizou uma política nacional que constituiu um "marco conceitual da ação do Estado, dos governos municipais e do setor privado" (ACOSTA, 2009, p.53).

Essa nova faceta do Estado nas políticas de habitação é construída ao longo dos anos 90 sob forte influência do pensamento neoliberal, fundamentado na redução do papel do Estado. A partir desse momento, o Estado não teria que realizar todas as tarefas, procuraria a participação da "população", principalmente dos setores produtivos. Essa visão fomentou o crescimento expressivo do setor terciário, como organizações não governamentais, organizações sem fins de lucro, fundações, associações, cooperativas e mutualistas, que foram cruciais para o financiamento e a construção de habitação nos anos seguintes (ACOSTA, M., 2009). A partir das reformas estabelecidas pelo Estado, estes atores se transformaram em provedores de moradia e os governos locais e estatais se converteram em compradores (CÓRDOVA, 2015). Nessa segunda etapa de atuação do Estado se consolidou uma nova política de

habitação dirigida pelo recém-criado MIDUVI. Com apoio financeiro do *Banco Interamericano de Desarrollo* (BID), essa entidade lançou o *Sistema de Incentivos de Vivienda* (SIV), responsável pela entrega de créditos habitacionais dirigidos às populações com menos recursos, os chamados “*bonos de vivienda*”[5]. Esse sistema passou por várias modificações com o objetivo de diversificar as classes atendidas[6], mas também de ampliar as oportunidades de atuação do setor privado na produção de habitação para os segmentos médios e baixos.

**Figura 01:** surgimento das cooperativas de habitação no processo de urbanização em Quito. Fonte: Obsetvatorio de la producción del espacio ecuatoriano - OPTE



\* baseado nos dados da Superintendencia de Economía Popular y Solidaria, Tesis Cooperativas de Vivienda de Quito (1985)

\*\* baseado em CARRIÓN, Fernando; ERAZO, Jaime. La forma urbana de Quito: una historia de centros y periferias. Bulletin de l'Institut français d'études andines, v. 41, n. 41 (3), p. 503-522, 2012.

Nesse contexto é criada a *Cooperativa Reina del Cinto*, em 1992, que anos mais tarde, deu origem à *Cooperativa Alianza Solidaria*, objeto de estudo deste trabalho. A *Cooperativa Reina del Cinto* era uma das cooperativas que formava a *Asociación de*

*Cooperativas Múltiples de Quito* (ACMQ), da qual faziam parte nove cooperativas de distintas atividades econômicas (moradia, serviço e construção), que procuravam alternativas aos problemas de acesso à moradia na zona sul da cidade. Essa associação não possuía autonomia jurídica, no entanto, estava organizada sob uma coordenação geral que administrava e solucionava os problemas comuns das nove cooperativas. Dessa associação surgiu o programa de desenvolvimento comunitário “*La Solidaridad*”, que deu origem ao projeto de moradia de interesse social “*Villa Solidaridad*” (COOVIAS, 2012b). No entanto, esse processo foi afetado pela forte crise econômica e política sofrida pelo país ao final da década de 90, colocando em xeque o papel das cooperativas na provisão de habitação de interesse social em um contexto neoliberal.

Com a dolarização, surgiram novas lógicas de desenvolvimento urbano concentradas espacialmente nos circuitos de maior afluência de capitais. Nesse sentido, o mercado da construção redirecionou seus investimentos para os setores médios e altos em detrimento das classes mais baixas (OSPINA; ESPINOSA, 2009). Por outro lado, após um longo período de estagnação, a dolarização trouxe um clima de estabilidade financeira que propiciou uma etapa de crescimento econômico, principalmente no setor da construção civil. Esse crescimento se deu por dois fatores: (i) pelo investimento estrangeiro direcionado à construção de infraestruturas para o setor produtivo, principalmente o setor petrolífero; e (ii) pelo investimento em habitação, possibilitado tanto pelas remessas enviadas pelos migrantes que haviam abandonado o país no período da crise, como pelo descongelamento dos ativos da época do feriado bancário. Outro motivo que impulsionou o crescimento do setor da construção civil nesse período foram os investimentos em imóveis realizados pela população, motivados pela desconfiança nas instituições financeiras devido a recente memória do feriado bancário de 1999. A compra de imóveis era considerada um investimento seguro, além de ser um meio para gerar rendimentos a partir da cobrança de aluguéis, como uma alternativa ao rendimento por juros nos bancos privados. Ainda é importante acrescentar que nesse período a estabilização dos preços dos materiais de construção promoveram uma maior confiança no setor, já que em tempos de crise esses preços oscilavam com frequência em resposta às medidas econômicas adotadas pelo Estado, provocando desajustes no preço final da obra e gerando conflitos entre construtores e proprietários (OLEAS, 2007).

## O cooperativismo na produção de habitação em Quito como resistência ao neoliberalismo

Um dos efeitos do auge petrolífero dos anos 70 sobre o cenário urbano foi o significativo crescimento do setor informal e o aumento do déficit habitacional. Houve algumas tentativas do Estado para solucionar o problema da habitação de interesse social a partir de uma visão mais ampla que considerasse os problemas urbanos que surgiam nesse período, como foi o caso do *Plan Solanda*[7], aprovado em 1980. No entanto, a baixa capacidade do Estado para realizar investimentos sociais na década seguinte, dada a crise enfrentada, impossibilitou que as camadas mais baixas fossem incorporadas ao contexto urbano. Isso faz com que esta parcela da população busque alternativas para superar “a cidade pensamento único” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002) a partir da formação de cooperativas, comitês e mutualistas[8].

É importante lembrar que ao mesmo tempo que o neoliberalismo avançava sobre a América Latina, as camadas populares retomavam suas lutas, em um contexto de redemocratização após o longo período de governos ditatoriais. Nas periferias de Quito, as ocupações de terra se tornavam cada vez mais intensas, porém em defesa da propriedade privada, o Estado atuou violentamente contra estas ações. Em 1991, o Estado, por meio do aparato policial, expulsou 1000 famílias que ocuparam um terreno abandonado no sul da capital. Este episódio violento foi a semente de uma importante organização social dedicada à luta pela moradia em Quito: a *Cooperativa Reina del Cinto*[9], mencionada anteriormente (COOVIAS, 2012a), que posteriormente dá origem à *Cooperativa Alianza Solidaria*, no ano 2000.

Quando a Associação de Cooperativas Múltiplas de Quito (ACMQ) foi criada em 1992, a partir da união de nove cooperativas no sul da capital, tentava-se estabelecer uma rede de apoio e intercâmbio para a busca de soluções. Dessa união surgiu a ideia de empreender o programa de desenvolvimento comunitário *La Solidaridad*[10], focado em resgatar valores ambientais e culturais dos bairros próximos às cooperativas. Esse programa por sua vez deu origem ao projeto de habitação de interesse social *Villa Solidaridad*, localizado no sul de Quito com a proposta de:

*...crear un nuevo modo de vida, con una comunidad participativa, consciente y solidaria, ubicada en un territorio debidamente planificado, con formas de poder y control que lleven a constituir una fuerza social con una identidad propia, basada en el trabajo, el respeto de la diversidad, la democracia, la iniciativa individual y colectiva, la ayuda mutua y la autogestión (COOVIAS, 2012b, sp.)*

Ao mesmo tempo, o processo de descentralização, que já vinha sendo promovido pelo Estado equatoriano, fez com que os municípios assumissem maior responsabilidade na resolução do problema da habitação. Assim, em 1991, a prefeitura de Quito apresentou a proposta para o desenvolvimento urbano da região sul: o *Plan Quitumbe*. Esse plano tinha por objetivo criar uma nova centralidade, a partir da “descentralização das funções e equipamentos através da transferência total ou parcial de atividades políticas administrativas, de serviços, financeiras, gerenciais e informais de mercado” (DMQ, 1991), incorporando novos usos e buscando superar a reduzida presença de equipamentos públicos para educação, cultura, recreação, gestão pública, assistência social e saúde na região. Essa proposta significou um salto qualitativo no planejamento levado a cabo até então na capital, pois além de romper com a estrutura territorial segmentada do sul de Quito e marcada por uma relação entre a indústria e a classe operária[11], tomou-se como ponto de partida para a elaboração do plano o déficit habitacional que havia sido identificado pela *Junta Nacional de Vivienda*, estimado em torno de um milhão de unidades habitacionais em todo país naquele momento (DMQ, 1991). No entanto, a crise adiou a implantação do *Plan Quitumbe* a partir do ordenamento especial para a *Ciudad Quitumbe 2005*.

Em 2000 a cooperativa *Alianza Solidaria* adquiriu um terreno de aproximadamente seis hectares no eixo de expansão sul da cidade, dentro da área delimitada pelo *Plan Quitumbe*. Foi o começo do ambicioso projeto *Solidaridad Quitumbe* “dedicado à construção de hábitat, moradia e comunidade por meio de formas cooperativas, autogestionárias e de economia solidaria para o bem viver” (MELO, sem data [b]) (LÓPEZ, 2010, P. 44). No entanto, o terreno estava delimitado pelas *quebradas*[12] (*talwegues*) *Ortega* e *El Carmen*, uma característica que trazia algumas dificuldades para a implantação do projeto (COOVIAS, 2012a).

Uma vez adquirido o terreno, a cooperativa deu início ao processo participativo com os futuros moradores, sócios da cooperativa, com o objetivo de definir quais seriam os primeiros passos para a implantação do projeto. Foram realizadas atividades de formação e sensibilização com a finalidade de conscientizar os futuros moradores sobre a conjuntura política e social do momento, buscando despertar o pensamento crítico para a tomada de decisões sobre o projeto. Era preciso entender que “o problema da habitação não tinha a ver somente com a construção de casas, devia se considerar o meio natural em torno as moradias, (...) por este motivo era necessário discutir o hábitat” (MELO, sem data [b]). Esse processo contribuiu para que os associados pudessem optar pela recuperação e preservação das *quebradas*, rompendo com as práticas comumente utilizadas em Quito. A decisão dos moradores nasceu de um processo de conscientização ambiental, mas principalmente do desejo de promover um hábitat de qualidade para a periferia. Assim, os moradores decidiram recuperar e proteger as *quebradas*, trazendo elementos da cosmovisão andina que entendem que o homem e a natureza são parte de uma única estrutura, ideia ainda muito presente nessa população, que há pouco tempo havia deixado o campo para buscar melhores condições de vida na metrópole. Essa decisão incidiu diretamente nas estratégias de ocupação do terreno, pois além de impedir o preenchimento das *quebradas*, também se optou por um modelo de densificação mais baixa.

O processo de urbanização teve como eixo fundamental o modelo cooperativo e a autogestão. Assim, os associados definiram que o terreno seria dividido em grandes glebas (*vecindarios*) de aproximadamente 16.000m<sup>2</sup> de propriedade comunal, compartilhada entre as famílias sorteadas para cada *vecindario* (COOVIAS, 2012c, p.16). Além de romper com a ideia do terreno individual, o modelo de co-propriedade[13] possibilitou que fossem assinados uma série de convênios entre a cooperativa e as instituições públicas para a provisão de infraestrutura, como a implantação da rede de esgoto e água e o calçamento do entorno. Esses acordos previam a corresponsabilidade dos custos da obra, ou seja, parte seria subsidiada pelas empresas públicas e parte seria cobrada das famílias após o registro de parcelamento do terreno. Para que as famílias obtivessem a escritura individual, a cooperativa buscou o apoio do município de Quito para a aprovação de um ordenamento específico para o parcelamento dos terrenos (COOVIAS, 2012b). Somente depois de realizado esse processo,

as famílias tiveram acesso ao financiamento do *Banco Ecuatoriano de la Vivienda*. Essa experiência demonstrou a capacidade de organização popular para realizar intervenções nas decisões da esfera pública (MELO, sem data[a]).

Os projetos de parcelamento, arquitetônico e de infraestrutura, assim como a construção das moradias, estiveram a cargo do escritório de arquitetura *Andino y Asociados*. A empresa foi contratada pelos cooperados para prestar serviços de assessoria técnica e construção, no entanto, com o objetivo de garantir um processo democrático na tomada de decisões para o desenvolvimento do projeto e construção do empreendimento, criou-se uma unidade gestora conformada por sócios da cooperativa e profissionais do mesmo escritório. Essa unidade tinha como objetivo “definir, aplicar e avaliar os processos relacionados ao planejamento, construção, financiamento e organização das moradias” (COOVIAS, 2012a, p.43).

Seguindo as recomendações da unidade gestora, somente uma tipologia de habitação unifamiliar geminada foi construída com o objetivo de facilitar a gestão e a economia da obra. Além disso, a construção das moradias foi progressiva[14], garantindo que as famílias pudessem aumentar suas casas de acordo com as capacidades econômicas de cada uma. O trabalho colaborativo entre a empresa e a cooperativa por meio da unidade gestora resultou em interessantes soluções técnicas, como por exemplo a implementação de um retro posterior de 3 metros, que priorizou o conforto ambiental em detrimento da densificação do terreno. Nesse sentido, mais uma vez se afirmava que “não se tratava de fazer moradias para pobre, desconfortáveis e sem nenhum conceito de desenho” (COOVIAS, 2012a, p. 45).

Embora num primeiro momento tenha se levantado a possibilidade de que as casas fossem construídas com materiais tradicionais, como adobe e madeira, finalmente se optou pelo sistema pilar, viga e bloco. Essa decisão foi condicionada por dois fatores principais: em primeiro lugar, a falta de precedentes de financiamento público de construções com materiais tradicionais; e em segundo lugar, pela facilidade de acesso à mão de obra, já que esse sistema construtivo era amplamente utilizado na construção civil do país. Definido o método construtivo, a cooperativa organizou a formação de pedreiros entre seus sócios, pois os membros de muitas famílias estavam desempregadas devido à crise política e econômica, além de ser mais um instrumento de conscientização, uma vez

que o uso de mão de obra própria geraria um sentimento de pertencimento aos futuros moradores, “possibilitando que as pessoas fossem protagonistas da sua própria história” (MELO, sem data[a]).

O primeiro *vecindario* acolheu 60 famílias, os outros dois que haviam sido planejados foram construídos entre 2003 e 2005. Somente em 2007 a cooperativa finalizou a construção de todas as moradias, beneficiando 600 famílias de setores populares (COOVIAS, 2012a, p.47). Nesse período, o *Plan Quitumbe* foi reativado, em 2005 foram definidos os parâmetros urbanísticos, os espaços verdes e a futura localização dos equipamentos públicos, fundamentais para que essa parcela da população fosse realmente inserida no contexto urbano. Nos anos seguintes, importantes obras de infraestrutura foram construídas no entorno, entre elas o Parque *Las Cuadras* (2007), o Terminal Terrestre *Quitumbe* (2008) e recentemente a *Plataforma Gubernamental de Desarrollo Social* (2018).

A cooperativa *Alianza Solidaria* havia sido criada como uma organização sem fins de lucro, sua força motriz estava baseada na economia de cada um dos seus sócios, no entanto, nem todas as famílias possuíam a mesma capacidade econômica. Buscando garantir que todos os associados da cooperativa tivessem acesso à moradia, implantou-se o sistema de “poupança solidária”, pelo qual famílias que haviam sido sorteadas para ocupar o mesmo *vecindario* poupavam em conjunto de acordo com as suas possibilidades. O dinheiro economizado era utilizado para a construção das primeiras etapas, e o restante da obra era realizado com o subsídio do governo outorgado pelo MIDUVI. Quando a família não conseguia pagar sua mensalidade repetidas vezes, era transferida para outro projeto de moradia da mesma cooperativa um pouco mais econômico e com maiores prazos de entrega. Portanto, o financiamento cooperativo, baseado na dinâmica da economia popular e solidária, era regido por lógicas distintas ao mercado da habitação. Embora os processos de construção fossem um pouco mais demorados (2 a 4 anos), eles respeitavam as dinâmicas econômicas e sociais dos associados (COOVIAS, 2012a, p.55). Também é importante considerar a mudança no papel do Estado em relação à política de habitação a partir do final dos anos 90, algo fundamental para que a produção privada de habitação via cooperativismo fosse desenvolvida.

O sucesso da experiência da COOVIAS se deve ao

reconhecimento da importância de criar uma cultura de educação e capacitação para a formação de “comunidades conscientes, participativas, solidárias e autogestionárias, onde as famílias sejam educadas dentro dos princípios e valores cooperativos” (LÓPEZ, 2010, p.46). Essa atitude, presente desde sua fundação, foi inspirada nas experiências do educador Paulo Freire, buscando promover a “transformação dos associados a partir das suas próprias atitudes, crenças, paradigmas, formas de pensar e atuar”, rompendo com a ideia de realizar unicamente uma transferência de conhecimentos (LÓPEZ, 2010, p.73). As capacitações abordavam temáticas variadas sobre hábitat saudável, *buen vivir*, comunidade, interação de vizinhos, segurança comunitária, resolução de conflitos e cultura do diálogo, com o objetivo de provocar uma atitude crítica e um posicionamento consciente frente aos problemas a serem enfrentados[15] (LÓPEZ, 2010).

Outra importante estratégia para fortalecer a cooperativa estava baseada no resgate do trabalho comunitário ancestral por meio da *minga*[16]. Tradicionalmente a *minga* é um poderoso ritual cultural e cerimonial de reunião comunitária, um espaço de intercâmbio de normas socioculturais que sintetiza a importância do trabalho dentro da cultura andina, visto como um elemento fundamental para garantir o bem-estar individual, familiar e coletivo. Esses valores ancestrais, baseados em ações de reciprocidade e solidariedade, foram trazidos para promover a recuperação ambiental das quebradas *Ortega y El Carmen*. As *mingas* eram realizadas todos os domingos e eram abertas para todas as famílias. Nesse momento, as hierarquias eram rompidas, participavam do trabalho presidentes, diretores e associados. Essa dinâmica reforçou as relações horizontais “criando laços de solidariedade que distinguiram essa experiência de outras” (COOVIAS, 2012a, p.54). Durante esse processo as pessoas se envolveram com o problema, entenderam a situação social e cresceram politicamente dentro de uma “experiência difícil e sacrificada, mas muito enriquecedora e esclarecedora” (MELO, sem data[c]).

Assim, a presença das duas *quebradas*, que, no momento de reconhecimento do terreno havia gerado uma decepção generalizada entre os associados, agora se tornava motivo de orgulho dos cooperados. A ideia da *quebrada*, construída desde o imaginário popular, como depósito de lixo e esgoto a céu aberto, onde apenas famílias pobres deveriam resignar-se a viver perto, foi pouco a pouco sendo rompida. Essa ideia havia

sido construída desde o período colonial, evidenciando “a discriminação, o desprezo e o medo da natureza” (MELO, sem data[c]). Desde essa época, as quebradas eram preenchidas para promover a expansão urbana e possibilitar maior adensamento, e, em nome da modernidade, muitas quebradas de Quito foram (e ainda são) preenchidas com resíduos compactados para a construção de ruas, parques e moradias. Assim, as *quebradas* foram sendo paulatinamente apagadas em nome do progresso e do desenvolvimento. Portanto, quando a comunidade decidiu, por meio das assembleias, recuperar os *talwegues* e implantar o parque ecológico, rompeu-se com um processo histórico predatório, transformando o aparente “problema” em oportunidade. Nesse sentido, os processos de formação e diálogo promovidos pela cooperativa demonstram a importância de “promover uma mudança nos padrões culturais das comunidades” (LÓPEZ, 2010, p.50).

A implantação do parque ecológico durou 10 anos e foi organizado em três etapas: limpeza, recuperação e construção. Durante os três primeiros anos de limpeza, os moradores tiraram dez toneladas de lixo do fundo e das encostas das *quebradas* (MELO, sem data[c]). Durante a primeira etapa, foram concebidas as primeiras metodologias de organização social do trabalho, como por exemplo, o *banco de herramientas*, criado para facilitar o acesso às ferramentas durante as *mingas*, evitando o deslocamento incômodo dentro do transporte público. Os sócios da cooperativa realizavam doações de ferramentas, que eram catalogadas e guardadas em um depósito para uso comum. Esse espaço existe até hoje e facilita o cuidado do parque e os pequenos reparos dentro do condomínio.

As *mingas* continuaram durante a etapa de recuperação e em pouco tempo as *quebradas* sujas e contaminadas se converteram em espaços limpos e de qualidade para o bairro e para a cidade. A recuperação não seguiu nenhum estudo de manejo ambiental ou geológico, aconteceu de maneira empírica a partir dos conhecimentos práticos da comunidade. Os corredores ambientais criados para a cidade protegeram as nascentes e evitaram as enchentes na região. A experiência foi reconhecida pelo município de Quito em 2002, que passou a apoiar a iniciativa por meio da instituição “Vida para Quito”[17] a partir de um convênio para descontaminação do curso d’água, plantio de árvores nativas através de um programa educativo, construção de jardins, criação de uma estação de tratamento de

**Figura 02:** Mingas para a recuperação de quebradas Ortega e El Carmen. Fonte: Arquivo COOVIAS

**Figura 03:** Parque Linear do projeto Solidariedad Quitumbe. Fonte: Colégio de Arquitetos de Pichincha - Equador



água e de espaços comunitários de esporte e lazer (COOVIAS, 2012a). Ainda que as ações do governo não tenham sido implementadas em sua totalidade, essa iniciativa demonstrou como uma ação local é capaz de incidir em políticas públicas.

Na etapa de construção do parque foram implementados 6 quilômetros de ciclovias, quiosques, áreas verdes, pomares, *terrazas* para semear jardins nas encostas da *quebrada*, caminhos ecológicos, parque infantis e pontes (MELO, sem data[c]). A partir de um plano de educação ambiental promovido pelo município e pela cooperativa, foram plantadas aproximadamente 4000 mudas de árvores, que contribuíram para o reflorestamento do parque, ação realizada com o apoio de estudantes de colégios dos bairros próximos. Além disso, foram construídos 800 metros de caminhos ecológicos e as nascentes foram protegidas.

Essas ações da COOVIAS captaram o interesse de outras cooperativas e do poder público, influenciando a criação do *Parque Lineal del Rio Machángara* em 2004 pelo município de Quito, com 30 quilômetros de extensão dedicados a preservação e proteção das *quebradas* do principal rio da cidade. Em 2008 o município adotou a política de recuperação e tratamento das

**Figura 04:** Vista geral do projeto Solidariedad Quitumbe. Fonte: Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano



*quebradas*, representando um importante avanço no manejo ambiental destes ecossistemas tão importantes para a cidade.

Atualmente, a COOVIAS continua ampliando sua ação para toda a zona de *Quitumbe*. Nos últimos anos, esse setor da cidade passou por um notável crescimento urbano, configurando-se como mais um bairro incorporado à trama urbana, e o parque ecológico segue mantido pela comunidade, estabelecendo-se como importante corredor ambiental para a metrópole e exemplo para outras comunidades (MARX, 2018). O *Centro de Interpretación Ambiental Quitumbe*, construído para a realização de atividades, reuniões, eventos e workshops para a educação social e formação ambiental tem mantido viva a experiência da cooperativa (MELO, sem data[c]). A gestão para a conservação ambiental e o compromisso com a formação cidadã fez com que o Município de Quito reconhecesse mais uma vez o trabalho da COOVIAS por meio da *Distinção Ambiental Metropolitana Quito Sostenible* outorgado pela Secretaria Municipal de Ambiente de Quito, em 2016 (DMQ, 2017). Além disso, os eventos culturais, entre eles o *Encuentro Latinoamericano de Actores y Actoras de la Economía Solidaria*, o *Foro de Participación Ciudadana de Quitumbe*, o *Foro Ambiental Urbano de Quitumbe* tornaram-se importantes momentos de reunião comunitária.

Depois de quase duas décadas a COOVIAS tem demonstrado que, por meio da organização popular, da economia social e solidária e da autogestão, é possível mudar paradigmas sócias, influenciar políticas públicas e servir de exemplo para outras comunidades organizadas. Fabián Melo (sem data [a]), presidente da cooperativa, resume essa experiência importante não só para a cidade, mas para todo o país, uma vez que sua construção está fundamentada na organização social e comunitária, que é a base de uma sociedade consciente, organizada, propositiva e democrática.

## Notas

1. Em 1999 o Equador sofreu com o retrocesso econômico mais severo da América Latina: entre 1995 e 2000, a pobreza passou de 34% para 71% e a extrema pobreza passou de 12% para 35% (Acosta, 2006, p. 182).
2. Com a dolarização, o país perdeu a possibilidade de ter uma política monetária e a política fiscal ficou extremamente limitada: em torno de 90% do orçamento do Estado estava comprometido com subsídios, gastos correntes e o pagamento da dívida externa (LARREA, A., 2011, p.85).
3. O modelo de Mutualista (empresas privadas com fins sociais) foram responsáveis por extensas construções de moradia nas periferias das grandes cidades. Funcionaram como uma caixa de poupança, no entanto, atualmente têm se convertido em promotores imobiliários e um dos responsáveis diretos pela expansão da cidade.
4. Escassos projetos de habitação de interesse social foram realizados na década de 80. Um desses raros exemplos é o Plan Solanda, no sul de Quito.
5. O *bono de vivienda* é um incentivo monetário do Estado dirigido à população com menos de 3 salários mínimos. Foi criado a partir do primeiro empréstimo do BID em 1997.
6. Entre 2007 e 2015, o MIDUVI entregou mais de 330.000 apoios econômicos à população de baixa renda dentro de zonas rurais e urbanas, com um investimento de US\$ 1.371 milhões de dólares (MIDUVI, 2015).
7. O *Plan Solanda* foi construído num terreno de 150 hectares a partir de uma associação entre o *Banco Ecuatoriano de Vivienda* (BEV), a *Agency International for Development* (EE.UU) e o Município de Quito. A intenção era projetar e construir um bairro modelo para a zona marginalizada do sul da cidade com o conceito de moradia progressiva.
8. Os comitês são formas de ocupação de terra promovidas por grupos de moradia organizados e outros atores. O caso mais emblemático é o do Comité del Pueblo (CdP) que foi uma ocupação de um setor periférico de Quito nos anos 70. Posteriormente, consolidou-se como bairro e sua construção se deu a partir da sinergia entre uma organização social (CCP), um partido político de extrema esquerda (PCMLE) e uma faculdade pública de arquitetura.
9. Instituída originalmente com o nome de *Cooperativa de Vivienda Reina del Cinto* em 20 de Maio de 1992, por meio de portaria nº 002578. Depois de 8 anos, em abril de 2000, trocou seu nome para *Cooperativa*

de *Vivienda Alianza Solidaria* (LÓPEZ GILER, 2010, p. 43).

10. *Villa Solidaridad* foi uma grande projeto de moradias no sul da cidade de Quito que visava atender a mais de 3.000 famílias (COOVIAS, 2012a, p.23).
11. Esta estrutura havia sido estabelecida pelo *Plan de Jones Odriozola* em 1945.
12. Por estar no *cinturón del fuego del Pacífico*, o Equador possui numerosos vulcões que definiram sua plataforma geológica. A cidade de Quito está cheia de cavidades ou talvegues (*quebradas*) produto dos fluxos sedimentares das erupções vulcânicas. A expansão da cidade teve que desafiar essas características físicas, preenchendo o terreno com resíduos para construir ruas e bairros da cidade.
13. A co-propriedade distribui os direitos de propriedade em partes iguais para cada associado, resultando eventualmente em uma espécie de condomínio.
14. Em 2001 a cooperativa e a assessoria técnica adotaram o modelo de “crescimento progressivo” que consistia em prever uma futura expansão das casas de acordo com as necessidades dos moradores (COOVIAS, 2012a).
15. As capacitações eram dadas por diferentes sócios da cooperativa, mas principalmente pelo presidente Fabián Melo, com vasta experiência na luta por moradia desde os anos 70, e pela vice-presidenta Sandra López, que, além de ter realizado estudos acadêmicos com a temática cooperativismo na *Universidad Salesiana de Quito*, esteve vinculada aos cursos de formação da escola Florestan Fernandes no Brasil.
16. No Equador, a *minga* (‘minka’ em kichwa, idioma indígena) é parte das culturas ancestrais presentes até hoje na sociedade equatoriana. A *minga* é um maneira de organização do trabalho comunitário de utilidade social para intervenção nos territórios. Por meio da *minga*, podem se abrir canais de abastecimento de água, realizar o calçamento de uma rua ou mesmo a construção da casa nova dos membros da comunidade.
17. A instituição “Vida para Quito” foi uma corporação pública de saúde ambiental adjunta ao município de Quito e se encarregava de temas ambientais da cidade. A corporação era financiada captando parte dos impostos de renda da população de Quito.

## Referencias Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *Breve história econômica do Equador*. [S.l.: s.n.], 2006.
- ACOSTA, María Elena. *Políticas de vivienda en Ecuador desde la década de los 70: análisis, balance y aprendizajes*. 2009. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO ECUADOR, 2009.
- ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade medieval: Ciudadanía e urbanismo na era global. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, p. 105–128, 2009.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento unico*. 3. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.
- ARKONADA, Katu; KLACHKO, Paulo. *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade*. 1. ed. Sao Paulo: Expressão Popular, 2017.
- CARRIÓN, Fernando. (editor). *El financiamiento de la centralidad urbana: el inicio de un debate necesario*. [S.l.: s.n.], 2007.
- CARRIÓN, Fernando; ERAZO, Jaime. La forma urbana de Quito: una historia de centros y periferias. In: *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, v. 41, n. 41 (3), p. 503–522, 2012.
- CÓRDOVA, Marco Antonio. Transformación de las políticas de vivienda social. El Sistema de Incentivos para la Vivienda en la conformación de cuasi-mercados en Ecuador. In: *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, v. 19, n. 53, p. 127, 2015.
- CORREA, Rafael. *Equador: Da noite neoliberal à Revolução Cidadã*. 1. ed. Sao Paulo: Boitempo, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- FIORI, José Luis. *História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME editora, 2001. Trad. Carlos Szlak
- HARVEY, David. *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2005.
- INEC, Instituto Ecuatoriano de Estadísticas y Censos. Difusión de los resultados definitivos del Censo de Población y de

Vivienda 1990. Quito: Administración Central, 1990.

LARREA, A. *Modo de desarrollo, organización territorial y cambio constituyente en el Ecuador*. 1. ed. Quito: SENPLADES, 2011.

LARREA, Carlos. *Hacia una Historia Ecológica del Ecuador: Propuestas para el debate*. [S.l.: s.n.], 2005.

MARX, Janaina. Buen Vivir, hábitat e a questão ambiental. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Natal. Anais XVIII ENANPUR, 2019

MIDUVI. Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda. Informe Nacional del Ecuador para la Tercera Conferencia de las Naciones Unidas sobre Vivienda y Desarrollo Urbano Sostenible HABITAT III, Quito: MIDUVI, 2015

OLEAS, Julio. Vivienda Nueva¿dónde, cuánto, cómo? In: *Gestión n.152*, 2007.

OQUENDO, Luis. *Renta del Suelo y expansión Urbana de Quito-El Caso de las Lotizaciones Clandestinas*. Quito: Flasco Ecuador, 1988.

OSPINA, Oscar Raúl; ESPINOSA, Jaime Erazo. Dolarización y generación de vivienda formal: su lectura en Ecuador /. *ECUADOR DEBATE*, p. 29–54, 2009. Disponible em: <file:///D:/TA ABRAR terbaru/TA BATA FOAM/jurnal penelitian/BATU BATA.pdf>.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013*. [S.l.: s.n.], 2009.

**\*Janaina Marx** - Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo - USP (2018-2021). Atualmente é professora titular e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidad Central del Ecuador; pesquisadora do grupo Indisciplinar UFMG e do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE

**Hernan Espinoza** - Arquiteto Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo - USP (2018-2021). Atualmente é professor titular e pesquisador na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidad Central del Ecuador; pesquisador do grupo Indisciplinar UFMG e do Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE

**Irina Godoy** - Arquiteta pela Universidade Central del Ecuador. Mestrado em Conservación del Patrimonio Arquitectónico pela Universidad Politécnica de Valencia - Espanha. Atualmente é docente da facultad de arquitectura y urbanismo da Universidad Central del Ecuador e coordenadora do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE

**Andres Cevallos** - Arquiteto pela Universidade Central del Ecuador. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Urbano com especialização em gestão do solo urbano e estratégias de planejamento pelo Institute for Housing and Urban Development Studies da Erasmus University Rotterdam - Holanda. Atualmente é docente da facultad de arquitectura y urbanismo da Universidad Central del Ecuador e pesquisador do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE

**Antonela Amaluisa** – Estudante de Arquitectura e urbanismo pela Universidad Central del Ecuador e assistente de pesquisa do Observatorio de la Producción del territorio Ecuatoriano – OPTE.